

ARTIGO**A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas:
a práxis educativa na formação do
Museu Vivo da Memória Candanga****94****La musealización de campamentos pioneros
como referencias culturales ‘candangas’:
la praxis educativa en la formación del
Museo Vivo de la Memoria Candanga****The musealization of pioneer encampments
as cultural references of ‘candangos’ identity:
the educational praxis in the formation of the
Museu Vivo da Memória Candanga****Karolline Pacheco Santos¹****DOI** 10.26512/museologia.v14i27.56855**Resumo**

Este artigo deriva da minha pesquisa de doutorado em Museologia, na qual analiso a musealização das memórias dos trabalhadores que construíram Brasília, conhecidos como candangos, mobilizados por processos participativos e comunitários no Distrito Federal. O Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC), originado da musealização do primeiro hospital da capital, é um dos processos museais que abordo. Este registro da experiência do MVMC visa contribuir para um campo ainda carente de reflexões sobre as práticas museológicas e patrimoniais no DF, embora tenha se ampliado na última década. A análise da documentação, bem como de reportagens e entrevistas, revela que o MVMC se construiu a partir de perspectivas críticas na intersecção dos campos da cultura, educação e memória. Essa análise mostra como as experiências locais se conectam às dinâmicas culturais e científicas da Museologia, alinhadas a novas abordagens voltadas para o fortalecimento de subjetividades silenciadas e para processos de reparação e justiça.

Palavras-chave

Museu Vivo da Memória Candanga; memórias candangas; nova museologia; museus sociais; educação patrimonial.

¹ Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, com pesquisa voltada aos museus comunitários e à museologia social no Distrito Federal. Mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB), com ênfase em história política latino-americana contemporânea, movimentos trabalhistas e discursos políticos. Bacharela e licenciada em História pela UnB. Desde 2014, atua como professora da educação básica na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com experiência em educação patrimonial e museal.

Resumen

Este artículo deriva de mi investigación doctoral en Museología, en la que analizo la musealización de las memorias de los trabajadores que construyeron Brasilia, conocidos como candangos, movilizados mediante procesos participativos y comunitarios en el Distrito Federal, Brasil. El Museo Vivo de la Memoria Candanga (MVMC), originado de la musealización del primer hospital de la capital, es uno de los procesos museológicos que abordo en este estudio. Este registro de la experiencia del MVMC busca contribuir a un campo aún carente de reflexiones sobre las prácticas museológicas y patrimoniales en el Distrito Federal, aunque ha experimentado un significativo crecimiento en la última década. El análisis de la documentación, así como de reportajes y entrevistas, revela que el MVMC se construyó a partir de perspectivas críticas en la intersección de los campos de la cultura, la educación y la memoria. Este análisis muestra cómo las experiencias locales se vinculan con las dinámicas culturales y científicas de la Museología, alineándose con enfoques contemporáneos que buscan fortalecer las subjetividades silenciadas y promover procesos de reparación y justicia.

Palabras clave

Museo Vivo de la Memoria Candanga; memorias candangas; nueva museología; museos sociales; educación patrimonial.

Abstract

This article stems from my doctoral research in Museology, in which I examine the musealization of the memories of the workers who built Brasília, known as candangos, mobilized through participatory and community-based processes in the Federal District, Brazil. The Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC), which emerged from the musealization of the first hospital from the capital of Brazil, is one of the museological processes addressed in this study. The documentation of the MVMC experience aims to contribute to a field still lacking in reflections on museological and heritage practices in the Federal District, although it has seen considerable growth in recent years. Through the analysis of documents, reports, and interviews, this study reveals that the MVMC was constructed from critical perspectives at the intersection of culture, education, and memory. Aligned with contemporary approaches focused on empowering silenced subjectivities and advancing processes of reparation and justice.

Keywords

Museu Vivo da Memória Candanga; Candangos memories; new museology; social museums; heritage education.

A favelização de acampamentos pioneiros da construção de Brasília e o caso do acampamento HJKO

A decisão de construir Brasília em uma região pouco habitada no interior do país ao final da década de 1950 acarretou um intenso fluxo migratório para o Planalto Central, fato que resultou em grave déficit habitacional já nos primeiros anos das obras. Esses trabalhadores migrantes, exortados por Juscelino Kubitscheck (JK) como “operários do milagre” e popularmente conhecidos como candangos, acabaram se estabelecendo nos vários acampamentos operários e em vilas que circundavam o projeto do Plano Piloto de Brasília, idealizado pelo urbanista Lucio Costa. Nesse momento, vilas operárias autoconstruídas com restos das obras da nova capital, sacos de cimento, folhas de zinco e o que fosse útil para a engenharia popular que ergue suas casas pela força da necessidade, destacam-se na paisagem socioespacial de Brasília. Candangos passaram a ocupar com suas moradias precárias os arredores dos núcleos provisórios existentes, como a Cidade Livre e a Velhacap; bem como áreas próximas aos acampamentos de construtoras, como a Vila Metropolitana e a Vila Planalto; ou das próprias obras, como a Vila Amaury, entre a Praça dos Três Poderes e o Pa-

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

Iácia da Alvorada, e a Vila Paranoá que abrigava os construtores da barragem do Lago Paranoá e suas famílias.

Diante da alta demanda habitacional, já em 1958, foram implementados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) os limites do chamado “cinturão sanitário”, que passou a regulamentar a ocupação de áreas próximas à capital federal sob o argumento de controle e de proteção ambiental da bacia hidrográfica do Lago Paranoá. Nos anos seguintes à inauguração de Brasília, as ameaças de remoções de ocupações populares foram frequentes e justificadas com a implementação de núcleos urbanos precarizados fora dos limites do cinturão, dando origem a outras regiões administrativas do DF, conhecidas como cidades-satélites. Nesse sentido, no processo de consolidação da capital federal, a expansão urbana se desenvolveu de modo inverso ao modelo de urbanização convencional, estabelecendo um desenvolvimento da periferia para o centro, em contraste com a tradicional expansão do centro para as margens. Essa prática de erradicação como ação ordenadora (Oliveira, 2007: 86) persistiu até a década de 1990, acompanhada de sua contrapartida: a mobilização popular e comunitária nesses territórios em defesa do direito à moradia e à terra no Distrito Federal (Ribeiro, 2008: 259).

Localizado entre as atuais regiões administrativas do Núcleo Bandeirante e da Candangolândia, o território do antigo Hospital Juscelino Kubitscheck de Oliveira (HJKO) e do acampamento para funcionários estava no entroncamento de importantes acampamentos pioneiros na época da construção destinados a desaparecer após a inauguração da capital. Alguns desses acampamentos conquistaram, com a mobilização dos moradores, o direito à fixação e à urbanização dos seus territórios; a exemplo da Cidade Livre, regularizada como Núcleo Bandeirante, em 1961 (Ribeiro, 2008: 252), e o acampamento da Velhacap, próximo às primeiras instalações da Novacap e que foi regularizado como região administrativa Candangolândia somente em 1989. Entretanto, junto ao próprio território do HJKO e do seu acampamento para funcionários, também se conformou ao longo do tempo uma série de ocupações irregulares que ficaram conhecidas como “invasão do IAPI”² (Oliveira, 2007: 98). Esta se tornou na década de 1960 a “maior favela do DF”, chegando a abrigar uma população de quase 80 mil pessoas distribuídas por cerca de 12 mil barracos (Brito, 2009: 137; Gouvêa, 1995: 67).

Situada a menos de 15km do Plano Piloto, a Vila do IAPI foi constantemente associada a um perigo para a capital federal, no sentido estético e ambiental, e à própria população residente no que diz respeito às condições sanitárias. Até meados da década de 1970, discursos assistencialistas se coadunavam com políticas remocionistas envidando esforços para convencer moradores de ocupações e a opinião pública de que a mudança para as cidades-satélites era a melhor solução para as populações favelizadas (Oliveira, 2007: 101). Em consonância com a Política Nacional de Habitação da ditadura cívico-militar (Brito, 2005: 101; Gouvêa, 1995: 76)³, entre 1970 e 1976, mais de cem mil pessoas fo-

2 IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

3 Com o golpe cívico-militar e empresarial de 1964, a ditadura instaurou um processo de modernização urbana que combinou a construção de casas populares com a valorização do capital privado; nesse contexto, foram criados o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro de Habitação. Em Brasília, houve uma rigorosa vigilância territorial pela Comissão de Controle e Remoção de Invasões, criada em 1965 (Brito, 2009: 129); esse período autoritário foi marcado pela erradicação de favelas, construção de grandes conjuntos habitacionais e, no DF, de duas novas cidades-satélites, priorizando a financeirização do espaço urbano em detrimento de políticas sociais de habitação que respondessem ao intenso processo de

ram realocadas de ocupações próximas ao Plano Piloto para as cidades-satélites pelo Grupo Executivo de Remoções do governo distrital. A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), entidade de fins sociais cujo acrônimo acrescido de sufixo nomeia a principal cidade originada desse modelo de remoção urbana, Ceilândia, foi responsável pela remoção da Vila do IAPI.

Desse grande processo remocionista (1971-1976), restaram no território do HJKO aqueles residentes do antigo acampamento de funcionários, que se ampliou com o decorrer dos anos. Como muitas categorias de funcionários públicos à época, estes aguardavam, desde a inauguração de Brasília, a transferência para habitações definitivas – o que só ocorreu em 1984 –, vivendo nos barracos de madeira do antigo acampamento. Luciana Jaccound (2010: 169) aponta que, desde a inauguração de Brasília, a questão da moradia foi geradora das lutas sociais na nova capital e, assim como o operariado, categorias de funcionários/as públicos/as “começavam a lutar por acesso à moradia perante o governo federal, que assumira compromissos nesse sentido com seus servidores” (Jaccound, 2010: 170).

É a partir desta pauta que os moradores do HJKO voltaram ao noticiário local em 1979, para reivindicar mais atenção das autoridades em relação ao acampamento e para cobrar soluções para o impasse em relação à situação habitacional, embasados nos seus direitos como pioneiros de Brasília (Barbosa, 2021: 252).

Muitos destes moradores viviam no acampamento HJKO há décadas, como Sebastiana Silva de Lima, que ali residiu por vinte anos com seu marido, funcionário do hospital, e onde criou os seus cinco filhos. Na luta pelo direito à moradia, assim como outros moradores, Sebastiana se engajou na organização comunitária sendo responsável por uma das primeiras articulações na garantia do direito a permanecer no território do hospital – um abaixo-assinado entregue ao ministro da Previdência Social, Jarbas Soares, em 1979 – e, posteriormente, na luta pela preservação das suas edificações. No jornal Correio Braziliense de setembro de 1980, sob o título *Pioneiros temem a remoção*, nos informamos de que:

O marido de Sebastiana Lima é funcionário do Inamps, tendo sido antes do IAPAS e com mais de 20 anos de Brasília até hoje não tem uma casa. Ela está inscrita na SHIS, mas confessa que de maneira alguma que ir para os setores P, O ou para Ceilândia, pois seu marido não é invasor e sim um servidor público com todos os direitos adquiridos, só que esses direitos não aparecem. [...] Primeiramente, acrescenta, as autoridades deveriam colocar em seus planos um melhor atendimento aos seus funcionários dando-lhes melhores condições de vida, principalmente para aqueles pioneiros que tudo deram de si, pela criação e crescimento da nova capital.⁴

É preciso destacar que a questão preservacionista não foi preocupação de primeira hora da comunidade do acampamento HJKO; aventava-se a ideia inicial de construir um novo hospital, inclusive necessário para a região, desde que garantida a transferência das famílias para um conjunto habitacional ou um convênio especial com a Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS). A insegurança habitacional motivou a ação organizativa. A orientação preservacionista em relação às edificações do hospital se conformou já em 1980, em consonância com outras iniciativas locais de recuperação dos chamados remanescentes de acampamentos pioneiros (IPHAN, 2016b: 21), muitos deles ocupa-

migração interna (Gouvêa, 1995: 41-47).

⁴ Correio Braziliense de 13 de setembro de 1980 – Pioneiros temem a remoção. Acedido em 03 de junho de 2023 em <http://bdigital.bn.br/hemeroteca-digital/correio-braziliense/>.

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

dos por décadas por ex-funcionários e novos moradores, como o HJKO, e que passaram a ser considerados pelo governo como “favelas” e áreas de “invasão”, logo suscetíveis às campanhas remocionistas e ameaçados de desaparecimento (Barbosa, 2021: 261). Nesse período, acampamentos tradicionais das construtoras que operaram em Brasília na década de 1950, como a Vila Planalto e a Vila Metropolitana, estavam diariamente nos noticiários que denunciavam as péssimas condições de moradia nos locais e a possível remoção das famílias.

Os acampamentos pioneiros como referências culturais na preservação das memórias candangas

Ao final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, as iniciativas preservacionistas associadas às demandas locais por moradia podem ser compreendidas como sintomas de uma transformação mais ampla que tocava o campo das políticas culturais no país (Ridenti, 2007: 152). A perspectiva de reabertura política estava posta com um relativo interesse de diálogo por parte do governo militar com outros setores sociais, em especial aqueles intelectuais e artísticos engajados em pensar a nacionalidade no contexto da modernização (Ridenti, 2007: 153). Isso explica o fato de artistas e intelectuais ligados/as aos campos progressista e da esquerda política ocuparem postos na administração federal a partir desse período, como foi o caso de Aloísio Magalhães à frente da Fundação Nacional Pró-Memória (Span/Pró-Memória), entre 1979 e 1980, e na Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura entre 1981 e 1982 (Dutra, 2017: 112; Gonçalvez, 1996: 51).

O artista plástico e designer gráfico pernambucano foi responsável por transformar a política preservacionista brasileira herdada da estrutura institucional do Iphan sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (Gonçalvez, 1996: 51). A chamada fase moderna da política de preservação no Brasil, sob a gestão de Magalhães, correspondeu ao alargamento das perspectivas patrimoniais do Estado que incluíram, para além da arte e arquitetura colonial, a compreensão da diversidade de práticas que existem no contexto da vida cotidiana das populações como referências culturais passíveis de preservação (Fonseca, 2006: 84). No final da década de 1970, Aloísio Magalhães assumiu a gestão do Iphan; entretanto, já estava envolvido nas questões preservacionistas nacionais quando, em 1975, foi um dos responsáveis pela criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), um grupo interministerial cujo trabalho interdisciplinar e de natureza experimental objetivou o levantamento, o mapeamento e o registro de informações em um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira (Dutra, 2017: 32).

Ao assumir oficialmente a gestão das políticas de preservação em 1979, Aloísio reconhecia o papel pioneiro de seus antecessores, porém apontava para a inadequação do modelo tradicional de preservação, inclusive do instrumento jurídico do tombamento, aos desafios do país naquele momento como uma nação “modernizada, industrializada e altamente complexa” (Gonçalvez, 1996: 74). Para ele, uma instituição estruturada em torno de um conceito de bem cultural que “continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnado de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens de criação individual espontânea [...] quase sempre de apreciação elitista” (Magalhães *apud* Gonçalvez, 1996: 76) não abarcava a complexidade e diversidade do patrimônio cultural brasileiro.

É nessa reorganização do sentido patrimonial – da nostalgia do passado como tradição advinda do primeiro período institucional do Iphan para um passado/presente como diversidade e fonte de inovação – que sobressaiu a ideia de “cultura viva”, constituída no fluxo da vida das populações que estão envolvidas com sua dinâmica de produção, circulação e consumo e que são, para além de depositárias de um saber-fazer, detentoras do destino de sua própria cultura. Nesse sentido, o trabalho com as referências culturais não se resumiria apenas ao registro e ao armazenamento de informações, mas a compreender o sistema vivo de sentidos no qual “os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também intérpretes de seu patrimônio” (Fonseca, 2006: 87).

É nesse contexto de reformulação dos modos de ver e gerir o patrimônio cultural brasileiro que distintos olhares se voltaram para a preservação das memórias dos trabalhadores candangos em Brasília, em especial para os remanescentes materiais representados pelos acampamentos pioneiros que resistiram ao tempo como moradia popular (Silva, 2019: 125). Algumas iniciativas institucionais marcaram essa aproximação com a história do Distrito Federal do ponto de vista “popular” ou “candango”.

No âmbito da Secretaria de Educação e Cultura do DF, em 1975 foi criada a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, que, a partir de 1978, passou a ser dirigida pelo arquivista Walter Mello. Foi na sua gestão (1978-1986) que a Divisão teve maior desenvolvimento de suas atribuições – inclusive em relação às articulações entre o órgão local e o federal recém-estabelecido no DF e à época dirigido pela arquiteta Belmira Finageiv (Perpétuo, 2015: 148) –, sendo responsável pela elaboração do projeto Raízes Históricas do Distrito Federal (Barbosa, 2021: 100). Este projeto tinha como objetivo traçar diretrizes para a preservação do patrimônio cultural de Brasília, com foco no estudo e na pesquisa dos valores históricos e artísticos relacionados à consolidação da capital, em articulação com o desenvolvimento turístico da região. Devido às poucas referências ao projeto na bibliografia sobre o tema, as reportagens publicadas em periódicos jornalísticos foram a principal fonte de informações sobre o interesse, já manifestado em 1978, na recuperação e requalificação do centro histórico de Planaltina. Essas reportagens também revelam uma perspectiva preservacionista voltada para uma “realidade cultural e sociogeográfica” associada ao bioma Cerrado e valorizada por seu potencial turístico. Pela primeira vez, o território além do Plano Piloto foi incluído na configuração da realidade cultural de Brasília, passando a ser reconhecido como parte integrante dela.

Outra iniciativa que define essa aproximação institucional à temática candanga ocorreu por iniciativa do próprio CNRC, em 1979, incorporado à Fundação Pró-Memória, com o projeto Estudo da Construção de Brasília (Barbosa, 2021: 99; Perpétuo, 2015: 161). Esse projeto resultou no levantamento, na seleção e na documentação de fontes relativas à construção da capital, levando em consideração o “modo específico de vida dos candangos da Cidade Livre, atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, e dos canteiros de obra, propondo-os como primeiros elementos socioculturais marcantes da identidade local” (Perpétuo, 2015: 161). O relatório final desse projeto abarcava não só a excepcionalidade do urbanismo e da arquitetura moderna edificada na capital, mas sobretudo o que parecia configurar um modo de vida singular candango ensejado pelo processo de interiorização nacional⁵.

⁵ Entre os produtos do projeto, é relevante destacar a produção do filme “Brasília segundo Feldman” ISSN 2238-5436

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

Em uma das reportagens da série *E a memória candanga?* publicada pelo Correio Braziliense em 1980, intitulada *Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo*, o diretor da Divisão do Patrimônio Histórico Walter Mello, informava sobre o interesse em preservar edificações em madeira, como a escola Julia Kubitscheck, primeira escola de Brasília localizada na Candangolândia, e os núcleos pioneiros, entre eles a Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), Candangolândia, Cachoeira da Saia Velha, Vila Metropolitana e Vila Planalto, seguida da possibilidade de “serem tombados alguns barracos de dois andares do Núcleo Bandeirante e transformados em museu”.

A efeméride de 20 anos da construção de Brasília em 1980, como não poderia deixar de ser, foi marcada pelo intenso debate público a respeito dos rumos da jovem capital. É perceptível nas notícias da época a crescente preocupação com a preservação da memória da cidade frente ao avanço imobiliário e à convergência de argumentos que agregam à celebração da capital modernista o elogio à diversidade de sua gente e o contraste dos problemas sociais urbanos. Para além das estruturas institucionais da cultura, outros movimentos locais pautavam o debate público em torno das memórias candangas objetivadas na defesa da preservação dos núcleos pioneiros da construção, inclusive por meio do instrumento jurídico do tombamento.

A questão da especulação imobiliária se consolidou nesse período como uma das questões motivadoras das iniciativas preservacionistas. Esse olhar voltava-se para as edificações provisórias em madeira do início da construção da capital e revelava outra dimensão a ser reputada pelas iniciativas preservacionistas: o fato de que muitos desses acampamentos estavam localizados em áreas valorizadas pela proximidade com a capital e ainda eram ocupados por trabalhadores e migrantes que continuavam a chegar em grande quantidade a Brasília na década de 1980.

Foi a “agressão imobiliária” a motivação para a criação do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT-Brasília), segundo a arquiteta Briane Bicca, uma das integrantes do grupo que atuou ao longo da década de 1980 com o propósito de definir critérios de preservação adequados para a capital federal (IPHAN, 2016a: 21)⁶. De acordo com a arquiteta, em 1979, ela e outros agentes públicos, entre eles Walter Mello, teriam solicitado a Aloísio Magalhães, à época dirigindo a Fundação Pró-Memória, a criação do Grupo de Trabalho no qual teriam encontrado um “cenário acolhedor da proposta de formação do GT, havendo o interesse de técnicos e especialistas somado ao interesse de autoridades do governo” (Silva, 2019: 39). Apesar de a ausência de Aloísio Magalhães se fazer sentir no início das atividades do GT-Brasília com seu falecimento em 1982, o seu ideário cultural

(1979), de Vladimir Carvalho, no qual, segundo as palavras do cineasta, as imagens feitas pelo artista gráfico estadunidense Eugene Feldman na sua viagem a Brasília, em 1959, “com sua câmera de amador, fixou de forma até agora inédita a figura do cidadão”. Esse ineditismo estava expresso na produção do curta sobre a construção de Brasília centrado na experiência dos trabalhadores nos primeiros anos da obra, considerando as condições de trabalho, as dificuldades de moradia, os acidentes e o modelo autoritário de controle dos trabalhadores, bem como as expectativas dos operários da capital e o ressentimento com a dura trajetória.

⁶ O GT-Brasília funcionou efetivamente entre 1981 e 1988, sendo formado por agentes da Secretaria de Cultura do DF, do Sphan/Pró-Memória e da Universidade de Brasília. Ao longo da sua trajetória, teve distintos integrantes, majoritariamente das áreas de Arquitetura e Planejamento Urbano e é reconhecido na bibliografia sobre o tema pelas inovações na proposta de preservação para Brasília substanciada pela ideia de ‘preservação dinâmica’ e da valorização do patrimônio do Distrito Federal, além do Plano Piloto (BARBOSA, 2021: 81; IPHAN, 2016a: 23; SILVA, 2019: 12).

alicerçou os trabalhos seguintes, em especial no que diz respeito à participação e à escuta das comunidades na identificação e preservação dos bens culturais (Silva, 2019: 30).

Desde o início do GT-Brasília, o objetivo foi elaborar diretrizes para a salvaguarda da capital federal como projeto, como cidade construída e vivida que, naquele momento, era uma realidade polinucleada (Paviani, 2010: 140), cuja diversidade na ocupação e organização do território agregou às perspectivas de trabalho do Grupo outras temporalidades e sujeitos abrangendo o Distrito Federal. Os estudos embasaram-se em uma aproximação ao objeto de preservação de “fora para dentro”, orientada por suas vertentes históricas associadas às imagens dos antecedentes de Brasília com o reconhecimento de exemplares arquitetônicos e paisagísticos, no que toca as origens do território do Distrito Federal e o conjunto urbano (Barbosa, 2021: 82). Nas pesquisas de campo e relatórios, foram mapeadas e analisadas as documentações de antigas fazendas, núcleos urbanos anteriores à demarcação do DF, como as cidades de Planaltina (1790) e Brazlândia (1933), a paisagem do Cerrado e os acampamentos de obras que, segundo integrantes, foi um dos pontos mais polêmicos abordados pelo GT-Brasília (IPHAN, 2016a: 24).

A controvérsia baseava-se na contradição, do ponto de vista institucional, em preservar núcleos urbanos erguidos em madeira por seu caráter provisório, próximos à área central e tradicionalmente considerados pelo poder público como uma ameaça de favelização da capital federal. Esses acampamentos e vilas se conformaram como um objeto de preservação atravessado por inúmeros conflitos e que, a princípio, contrastava profundamente com os discursos laudatórios sobre Brasília. Além do aspecto de provisoriação, aventava-se contra o reconhecimento patrimonial o grau de descaracterização e deterioração desses acampamentos utilizados como moradia pela população de baixa renda e a objeção por parte de alguns agentes em declarar “barracos” como patrimônio cultural⁷.

O GT-Brasília foi uma articulação fundamental para agregar diferentes iniciativas relativas à valorização da experiência candanga, que ganhou contornos mais complexos a partir da década de 1980 na defesa dos remanescentes de acampamentos pioneiros. Para além das atividades citadas que foram empreendidas pela Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico local – Projeto Raízes (1978) – e da Fundação Pró-Memória, em nível federal, – Estudos sobre a Construção de Brasília (1979) –, a Universidade de Brasília, parte da estrutura tripartite do Grupo junto aos órgãos citados, representada na figura do professor serra-leonês Muhdi Koosah, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, já desenvolvia também, ao final da década de 1970, estudos sobre os抗igos acampamentos de obras e as ocupações na perspectiva de preservação desses remanescentes (Barbosa, 2021: 99; Silva, 2019: 127).

Do ponto de vista preservacionista dos acampamentos pioneiros, além de Muhdi Koosah, é imprescindível mencionar as contribuições do arquiteto Silvio Cavalcante. Ele representou a 14ª Regional do Iphan junto ao GT-Brasília e assumiu, a partir de 1985, a gestão do órgão de patrimônio cultural do Distrito Federal, então denominado Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha-DF)⁸.

⁷ Aspectos que não impediram que, em 1959, a residência provisória de JK, o Catetinho, fosse tombado pelo Iphan como primeira edificação histórica de Brasília.

⁸ Após uma reestruturação administrativa em 1983, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Dis-

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

Por quase dez anos no Depha-DF, Cavalcante atuou na pesquisa e na defesa dos acampamentos pioneiros, desenvolvendo importantes iniciativas, como a participação no tombamento do HJKO (1985), da Vila Planalto (1988), a criação do Museu Vivo da Memória Candanga (1990), bem como o tombamento individual de edificações em madeira em distintas cidades do DF ao longo da década de 1990.

O hospital, a vila e o museu: o tombamento distrital do HJKO e a práxis educativa como vetor de musealização no MVMC

As lutas por moradia foram impulsionadoras de formas de reações e organizações coletivas que atuaram como forças políticas na configuração socioespacial do DF (Jaccound, 2010: 169; Paviani, 2010: 131). Até o golpe cívico-militar de 1964, houve um intenso processo de mobilização e organização popular no DF em torno de questões habitacionais e trabalhistas, condicionado pela crise da democracia populista – com a consequente politização das relações entre trabalhadores e o Estado – e pelo declínio da política econômica do nacional-desenvolvimentismo; essa agitação correspondia ao “processo de mobilização política crescente do país, e era seguido de ampla articulação com o movimento sindical nacionalista e das reformas de base” (Jaccound, 2010: 192). Passadas duas décadas, a questão habitacional permanecia como foco central das questões urbanas no Distrito Federal – “Em 1982 se somavam mais de setenta mil pessoas residindo em assentamentos informais na Capital” (Brito, 2009: 154) –, na qual, como vimos, fazia-se o debate sobre a preservação da memória local e do patrimônio cultural de Brasília.

No caso do acampamento HJKO, desde 1979, quando surgem boatos de demolição do antigo hospital e remoção, os moradores se organizaram e empreenderam diferentes estratégias de resistência para garantir, por parte do poder público, o seu direito à habitação no DF. São práticas que se desenvolveram em uma relação de tensão com autoridades a fim de expressar à sociedade os fundamentos dos seus direitos. Foi esse discurso de afirmação que produziu significados e sentidos que reenquadram as memórias candangas no campo das lutas por moradias.

Nas reportagens, relatos de moradores ressaltam o anseio de uma solução definitiva, mesmo que com a transferência para outras cidades, no caso de restituição do hospital para a população, carente desse serviço. A partir de 1980, a pauta da preservação do hospital ganhou contornos mais definidos com a denúncia do abandono das edificações. Nos anos seguintes, a reivindicação por uma solução para os habitantes do acampamento se estruturou junto à demanda por preservação do hospital, inclusive transformando-se em um critério para a desocupação do acampamento o comprometimento do poder público com a salvaguarda do HJKO. Nas memórias afetivas dos moradores, alguns com mais de vinte anos no acampamento, acentuou-se o ressentimento com as vicissitudes dos trabalhadores que seguiam preteridos nos planos da capital federal. A destruição do hospital pioneiro se confundiu com a sina do candango; sua demolição ou manutenção no estado de abandono que era denunciado evidenciava, no campo da memória, o percurso de injustiças, coerente com a trajetória do migrante operário.

trito Federal tornou-se o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (Depha), pelo Decreto nº 7.451. (Barbosa, 2021: 101).

No Plano Piloto, um festival de queijos e vinhos angaria fundos para a construção do Memorial JK. No acampamento, uma moradora idosa, demonstrando carinho pelo ex-presidente, acende velas em sua homenagem ‘Ergue-se um monumento, mas derruba-se outro’, essa era a opinião de alguns moradores que acreditam que “o hospital deveria ser preservado e transformado em patrimônio histórico, como o Catetinho”, e não derrubado como se fosse um velho barraco de invasão.⁹

Em 1983, os moradores, que já se organizavam no Movimento Pró-Tombamento do HJKO, diante da tentativa de demolição do hospital e remoção, empreenderam uma Ação Popular para impedir a destruição das edificações. Simultaneamente, uma solicitação de tombamento do hospital foi encaminhada ao Sphan/Pró-memória (Gabriele, 2012: 154). Ambas foram estratégias jurídicas associadas à mobilização dos moradores que lograram enfrentar as arbitrariedades frequentes nessas disputas territoriais e garantiram condições para a luta pela moradia e preservação do hospital, já consolidada como uma pauta comunitária. Enquanto o Sphan não se decidisse pelo tombamento das edificações, a demolição restaria suspensa pela Justiça Federal, que acatara o pedido dos moradores.

Essa iniciativa faz do processo de patrimonialização do HJKO o primeiro pedido de tombamento solicitado por demanda popular no Distrito Federal, aspecto que foi considerado pelo parecer do Sphan em consulta ao GT-Brasília que à época, como apresentado, identificava nos acampamentos pioneiros elementos significativos do patrimônio cultural do DF, bem como prezava a demanda da população pela preservação do seu patrimônio. O processo ficou sob alçada do órgão local, o Depha-DF, que conduziu as atividades de pesquisa e diálogo com as comunidades.

Esse processo gerou relatórios e comunicações internas sobre a situação do HJKO até o tombamento por decreto distrital, ocorrido em 1985, nos quais os argumentos e interpretações da memória local produziram um discurso de valorização do hospital fundamentado na memória operária (Barbosa, 2021: 195). Em conjunto com as manifestações públicas da comunidade, mediadas pela mídia impressa, os referidos relatórios e comunicações internas nos oferecem pistas de uma outra enunciação das memórias candangas em que as referências à memória institucionalizada da capital ressaltavam o débito existente com os trabalhadores, expresso naquele momento pela denúncia do abandono do hospital e da população pioneira.

Os tombamentos do HJKO (1985) e da Vila Planalto (1988) por decretos distritais marcaram uma tendência de valorização das memórias operárias nas práticas do órgão do patrimônio local, expressa em uma série de tombamentos de edificações em madeira até a década de 1990 (Barbosa, 2021: 120). Esses tombamentos foram embasados na importância histórica dessa arquitetura, “sem deixar de destacar o pioneirismo dos espaços e as conquistas da população” (Barbosa, 2021: 38). A reciprocidade entre moradores e agentes institucionais foi crucial para o sucesso dessa investida. Essa sinergia resultou de uma conjuntura favorável, o contexto de reabertura democrática e vontade popular de participar das decisões, e das negociações interpostas no plano simbólico que urdiram narrativas candangas singularizadas, porém complementares ao discurso oficial.

⁹ Correio Braziliense de 13 de setembro de 1980 – Pioneiros temem a remoção. Acedido em 03 de junho de 2023 em <http://bndigital.bn.br/hereroteca-digital/correio-braziliense/>.

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

Entre 1986 e 1990, ano de inauguração do Museu Vivo da Memória Candanga, foram desenvolvidas no HJKO importantes iniciativas de revitalização do espaço, tanto nos aspectos físicos e estruturais das edificações em madeira, muito deterioradas com o tempo, como de ocupação e dinamização de atividades no espaço do antigo hospital e acampamento. O projeto de recuperação e revitalização do conjunto HJKO consolidou-se como projeto-piloto para a preservação dos acampamentos pioneiros,

[...] diretriz estabelecida em 1985 pelo Depha que determinava priorização das ações de preservação dos acampamentos pioneiros, visto serem estes alguns dos mais significativos referenciais da história e testemunhos “vivos” para o resgate da memória cultural de Brasília. Tal diretriz refletiu-se basicamente e com maior intensidade no HJKO e na Vila Planalto. (DEPHA, 1996: 11)

A participação comunitária desempenhou um papel de destaque no projeto HJKO, não apenas devido à sua origem na comunidade que demandou a preservação do hospital, mas também como parte de uma nova ética de trabalho no campo cultural, social e político, estimulada pelo contexto de redemocratização e amplo questionamento de práticas verticalizadas de atuação junto às comunidades na formulação e implementação de políticas públicas (Gohn, 2017: 25). O diálogo e a escuta das populações interessadas na preservação dos acampamentos conjugavam-se com a perspectiva cidadã do direito à memória como princípio de participação no processo histórico; logo o reconhecimento patrimonial desses espaços desviantes e as materialidades da luta por moradia na nova capital foram um importante recurso simbólico para os movimentos de moradores na luta pela fixação, como foi o caso da Vila Planalto.

É importante enfatizar que a criação do MVMC foi uma iniciativa da equipe do Depha-DF (Barbosa, 2021: 102), já presente em 1986 na apresentação do Projeto Cidade Livre¹⁰. Entretanto, a musealização do conjunto HJKO resultou da “avaliação da prática [...] a frequência ao espaço e o tipo de demanda que se estabeleceu” (Depha, 1996: 21) ao construir canais de diálogo com as comunidades e suas associações desempenhando um papel significativo no desenvolvimento do processo museológico. A opção pela criação do museu também responderia a outras demandas do órgão, como a doação feita ao Depha-DF da coleção de imagens e materiais fotográficos de Mário Fontenelle - mecânico candango que se tornou fotógrafo nos anos da construção de Brasília e fez registros icônicos do cotidiano da cidade -, a própria coleção do antigo hospital e do Brasília Palace Hotel, conjunto de móveis e utensílios do primeiro hotel da capital federal inaugurado em 1958. Em relatório da equipe, destacava-se também que “havia a expectativa das pessoas que já tinham uma história de frequência ao espaço, e que, na época, apontaram alguns caminhos que resultaram na implantação das oficinas” (Depha, 1996: 21). Essas foram as primeiras atividades a funcionar no espaço do HJKO, em 1988, ainda antes da inauguração do MVMC, que só ocorreu oficialmente em 1990 com a abertura do módulo inicial da exposição de longa duração Poeira, Lona e Concreto.

10 O Projeto Cidade Livre, não concretizado, visava à criação de um circuito histórico entre os acampamentos pioneiros da Candangolândia/Velhacap, Vila Metropolitana, Núcleo Bandeirante e o HJKO (Ricardo, 2017: 130); incluído nesse amplo trabalho de revitalização de núcleos históricos estava o Programa de Urbanização Integrada que conectaria esses espaços em uma perspectiva de promoção turística da região.

A criação e implementação das oficinas no espaço do museu “constituiu-se numa resposta concreta e dinâmica à questão do resgate do patrimônio cultural e da memória social, implicando um novo trabalho que atribui ao patrimônio resgatado novos usos, novas significações” FEDF/SEMATEC/IEMA/SCECS - DePHA, GDF, 1992/1993:25), articulando políticas de preservação do patrimônio e direito à cidadania cultural por meio do exercício de várias práticas que possibilitavam a formação, informação e instrumentalização, e objetivava uma produção cultural autônoma da comunidade. (Ricardo, 2017: 54)

Uma das primeiras atividades instaladas foi a Oficina do Algodão – posteriormente chamada de Oficina da Fibra – formada por ex-moradoras e moradores do HJKO, bem como tecelãs e tecelões da Associação de Artesãos do Núcleo Bandeirante (Ricardo, 2017: 55). Entre as mestras desse ofício, Maria Xanduzinha da Silva, mais conhecida como Dona Xandú, paraibana que chegou ao DF em 1971, exerceu e difundiu a prática da tecelagem nas instalações do MVMC até o ano de 2010. Como espaços de pesquisa, formação e produção cultural, as oficinas foram incorporadas ao museu e ainda oferecem cursos à comunidade; inicialmente, eram cursos profissionalizantes e avulsos com diferentes técnicas e participantes externos, grupos de produção artesanal e ateliê livre com a disponibilização dos equipamentos do museu¹¹.

Entretanto, essa relação das comunidades com a equipe do Depha-DF não se estabeleceu sem ruídos. Como apontado anteriormente, a ideia de criação do museu partiu dos agentes públicos, quando havia o desejo de parte da população de restabelecer os serviços hospitalares no conjunto devido à carência de equipamentos da área de saúde no Núcleo Bandeirante e Candangolândia. Dez anos após a inauguração do MVMC, em depoimentos coletados pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do DF, alguns moradores pioneiros do Núcleo Bandeirante manifestavam sua insatisfação com a destinação dada ao conjunto:

Não tem [hospital], eu estou brigando para ver se ponho hospital aqui, lá nessa casa museu vivo, nós precisamos um museu morto [...] um hospital seria melhor que servia para Riacho Fundo I e II.
Tivemos o prazer de fazer uma festa bonita lá para o tombamento, mas acontece que a gente precisava mesmo que tivessem restaurado o hospital.¹²

A relevância da criação de museus em territórios marcados pela carência de equipamentos urbanos como escolas, creches, hospitais, entre outros serviços básicos, é questionada por essas comunidades. A indagação sobre a função dos museus nesse contexto, comumente percebidos na sua relação com uma elite econômica e cultural, bem como o que lembrar de uma trajetória muitas vezes de privações, dificuldades e silêncios são questões que atravessam essas experiências e resultam em pontos de tensão. O desafio do trabalho colaborativo, aplicado à ideia de participação nesse caso, é lidar com os conflitos e as incertezas como possibilidades de construção de lugares comuns (Cevallos; Macaroff 2015: 36) e, a partir da intervenção coletiva, oportunizar canais de diálogos e negociações. Nesse sentido, adquire cada vez mais a dimensão de um processo educativo que na perspectiva da pedagogia crítica explora essas

¹¹ Atualmente, as Oficinas são ofertadas de forma variável, a depender da disponibilidade de formadores externos e desarticuladas do programa comunicacional do museu.

¹² Depoimentos de Philomena Mazzola (2000) e Sílvio Preto (2000) do Projeto Núcleo Bandeirante do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

contradições, transformando-as em possibilidades de construção de novos consensos.

Com a decisão institucional de criação do MVMC, a despeito de uma demanda comunitária de uso distinta, estratégias de mediação foram acionadas para intermediar a proposta do museu e as comunidades locais:

A mediação comunitária tenta articular demandas e aspirações coletivas, gerando condições para o diálogo e a participação frente às políticas institucionais, políticas culturais ou as mesmas lógicas de organização e relacionamento social dentro das comunidades. (Cevallos; Macaroff, 2015: 211).

A mediação comunitária aplicada a esse contexto visava comunicar a liberdade de acesso ao território – um receio que teria sido expresso pelos moradores – e estimular a participação social, diminuindo as barreiras entre as intenções dos agentes especializados e as pessoas diretamente envolvidas na produção de sentidos compartilhados como memórias candangas. As Oficinas do Saber-Fazer desempenharam um papel central na mobilização desse fluxo tanto por serem estruturas desenvolvidas em parceria com as comunidades quanto pela participação direta dos próprios membros comunitários que conduziram e participaram das atividades formativas. Esse caráter permanente das Oficinas estimula o envolvimento efetivo da comunidade no Museu, levando-a a enxergá-lo como uma parte integrante de seu cotidiano. Além dos cursos ministrados nas Oficinas e da disponibilização de uso do espaço e dos equipamentos, outros programas eram orientados a partir de suas temáticas envolvendo diferentes aspectos da vida comunitária, o que indica o esforço de criar instâncias participativas e de participar na resolução dos problemas e na vida das comunidades do Núcleo Bandeirante e Candangolândia.

Entre esses destaca-se a Oficina do Cerrado, projeto de educação ambiental do MVMC, coordenado pelo professor Estevão Monti, que, por meio do programa “Jatobá”, mobilizava ações de sensibilização do patrimônio ambiental cerratense para divulgação, manutenção e adoção de práticas de manejo adequadas ao bioma. Além de promover fóruns de discussões sobre questões ambientais locais, realizou entre 1994 e 1995 um diagnóstico da realidade ambiental com professores e “agentes ambientais mirins” (Ricardo, 2017: 61). Diante dos desafios socioambientais locais, especialmente relacionados à má alimentação devido à baixa renda dos moradores e à falta de espaço nos lotes para a produção de alimentos, uma das ações propostas pelo programa foi a criação de uma horta comunitária no terreno do museu.

O programa “Refazendo a Trama – Educação, Cultura e Meio Ambiente” incluía na programação do MVMC professores da rede pública de ensino do DF que ofertavam e frequentavam cursos de atualização e formação continuada nos espaços do museu. Esse programa aliava-se a todas as Oficinas do Saber-Fazer a partir da compreensão da produção cultural como processo educativo e formativo interdisciplinar, embasado nas técnicas artesanais e nos saberes candangos. Esses profissionais da Educação tornavam-se então multiplicadores em suas escolas, respondendo “a necessidade de unir esforços na intenção de ações que perdurassem no tempo e tivessem um alcance maior, priorizando a interdisciplinaridade aos temas em questão” (Ricardo, 2017: 58). Esse vínculo fortaleceu a perspectiva do museu como processo educativo embasado no patrimônio candango e espaço de educação permanente para além da comunicação expográfica e de ações pontuais, ainda que o museu tenha, desde 1991, um programa

de mediação educativa da exposição de longa duração, o programa “Viva o Museu!”, o mais longevo programa educativo em museus no DF.

Nesse sentido, o MVMC assumiu um trabalho de memória comprometido com as comunidades na construção de processos de aprendizagem coletivos voltados para valorização das memórias candangas e mobilizados em atenção às demandas locais, bem como às demandas internas do Depha-DF. Esses aspectos são destacados a fim de os situar dentro de um quadro de transformações desse período em que o “trabalho para a recuperação e tratamento das memórias coletivas de grupos excluídos” se deu em profunda relação com “propostas metodológicas, também insurgentes, do campo da educação” (Primo; Moutinho, 2021: 31). Esses debates remetem a uma série de temas e problemas que emergiram ao final do século XX e que interpelaram diferentes campos sociais a um compromisso ético com a dignidade humana; do ponto de vista da ação social, passaram a mobilizar conceitos como os territórios, as comunidades, o local e o popular em movimentos de renovação metodológico e reelaborações teóricas orientados por agendas de debates participativos e comunitários.

Articular as dimensões educativas e comunitárias nos processos museológicos “tem a ver, também, com a transferência de instrumentos de mediação e perspectivas educativas para o trabalho com comunidades, subtraindo-lhe o tom heroico que costuma imprimir-se neles para os compreender mais como espaços de aprendizagem coletiva” (Cevallos; Macaroff, 2015: 03). Nesse contexto, o museu não era apenas um local de recolha e exposição de coleções, mas sobretudo um espaço de investigação e pesquisa sobre os saberes candangos, bem como sobre um novo modelo de museu aberto à participação. São dessas perspectivas novas e da própria reflexividade do trabalho operado pela equipe do Depha-DF que as experimentações em torno das memórias candangas no MVMC encontraram sustentação metodológica e teórica como processo participativo e crítico.

Algumas referências são apontadas em relatório pela equipe do Depha-DF como “premissas que na época acabaram por balizar o trabalho” no MVMC (Depha, 1996: 21). Entre essas, a afirmação que o MVMC “é um dos muitos resultados da grande discussão estabelecida no Brasil sobre a questão do Patrimônio Cultural, através de instituições como o CNRC e o Pró-Memória” (Depha, 1996: 21). Como abordado no ideário de Aloísio Magalhães, as memórias e saberes candangos encarnaram a perspectiva de uma cultura popular diversa e que se manifesta no cotidiano das práticas sociais - como as festividades e ofícios - mais que na materialidade das coisas. As experiências das Oficinas do Saber-Fazer como práticas artesanais e expressões culturais e identitárias remetem, sem dúvida, ao processo de politização da preservação e à ampliação do conceito de patrimônio cultural decorrente das atividades do CNRC, cujo objetivo era ‘estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se’ (Magalhães, 1997, p.40)” (Dutra, 2017: 37).

Outra referência para o desenvolvimento do MVMC foram as experiências educativas desenvolvidas no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo sob a direção de Ana Mae Barbosa (1987-1993). A vinculação com a abordagem triangular está expressa no relatório como “grande influência no trabalho, embora este não seja um museu de arte”. Influenciada pela pedagogia crítica de Paulo Freire e pelas concepções do Movimento de Cultura Popular pernambucano, no qual compartilhou espaços de criação com Aloísio Magalhães

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

no Gráfico Amador (D'Agostino, 2022: 44), Ana Mae Barbosa estimulou uma abordagem de educação em museus (Siqueira, 2019: 105) apreendida como mediação cultural e educativa das imagens em diálogo com as referências e leituras de mundo dos públicos:

A política cultural desenvolvida por Ana Mae Barbosa enquanto gestora do MAC/USP permitiu que acontecesse o primeiro programa intercultural em um museu brasileiro. [...] Criam-se diferentes ações com o público, assim como com todos os envolvidos, em um trabalho de reflexão constante entre teoria e prática. A abordagem traz a preocupação em fazer com que o indivíduo pertença a uma cultura, uma história e um lugar, e que isso tudo não seja simplesmente uma aceitação, mas que permita uma leitura crítica de todas as imagens que o rodeiam. (D'Agostino, 2022: 58-60).

A construção dessa relação com novos públicos, dentro e fora dos limites físicos dos museus, esteve diretamente ligada à ampliação do papel social dessas instituições pautada em ações educativas de base dialógica em torno dos patrimônios culturais. Embora atualmente se destaque a transversalidade dos processos educativos à cadeia operatória museológica (Bruno, 2020: 165), inicialmente foi através da reestruturação dos setores educativos em alguns museus brasileiros que metodologias participativas e críticas se tornaram referências para a concretização dos museus em articulação com suas comunidades:

Esse novo olhar sobre as intersecções [Museologia e Educação] dialoga fortemente com as premissas da Nova Museologia considerando que os processos educativos não se encerram no âmbito da escola e que a experiência museológica extrapola as paredes do museu, as interfaces entre essas áreas podem possibilitar ações integradas, permanentes e participativas visando a criação, a apropriação e a reapropriação de discursos e referências culturais. (Britto, 2019: 128)

Esta filiação à Nova Museologia como perspectiva de trabalho do MVMC também foi apontada como uma das premissas que balizaram a ação museológica devido ao “contato estabelecido pelo grupo que atua no museu com a Nova Museologia e com o trabalho educativo em museus, resultante destes novos conceitos” (Depha, 1996: 21), afirmando o entendimento dessa renovação museológica no âmbito das ações educativas e culturais e percebendo-as como catalisadoras de processos participativos e de ampliação do papel dos museus nos territórios e junto às comunidades.

Entre as experiências locais afinadas a esses preceitos de participação e educação em museus, o programa educativo “Viva o Museu!”, do MVMC, foi pioneiro junto ao Museu de Arte de Brasília¹³ na aproximação do espaço museal às escolas no DF. Esse programa está em atividade desde 1991 e organiza visitas escolares mediadas na exposição de longa duração Poeira, Lona e Concreto. O programa “Refazendo a Trama - Educação, Cultura e Meio Ambiente” (1993) atuou na formação de professores quanto às potencialidades do museu para o processo de ensino-aprendizagem articulado às Oficinas do Saber-Fazer, integrando saberes populares, educação comunitária e memória social (Ricardo, 2017: 155)¹⁴.

13 O MAB, inaugurado em 1985, desenvolveu até 1988 o Projeto Escola Museu de visitas orientadas na exposição de longa duração (Guimarães, 2022, p. 161).

14 Alguns desses programas foram descontinuados ao longo dos anos. O programa “Viva o Museu!”, por exemplo, teve sua duração marcada pelo uso de diferentes estratégias para garantir a presença de profissionais no atendimento às escolas – não há a oferta de mediação para outros públicos. Esses profissionais

Na documentação consultada, há referência de que, a partir de 1995, a Oficina da Memória desenvolveu projeto no sentido de “sensibilizar e dotar os professores da rede pública do DF de conhecimentos específicos nas áreas de memória e museografia visando a implantação de ‘lugares de memória’ nas escolas onde atuam” (Depha, 1996: 36). Esse projeto aparentemente não teve seguimento tendo em vista as mudanças institucionais que desarticularam a equipe com a mudança de governo nesse mesmo ano, porém indica uma percepção diferenciada do processo de musealização como ferramenta de ação educativa em torno dos patrimônios locais, escolares e comunitários.

Na ampliação dos públicos, também se destacaram os projetos profissionalizantes em tecelagem e barro para adolescentes, projetos para pessoas idosas, para pessoas em vulnerabilidade social e para crianças, como a “Ludoteca Pública”, que também foi espaço de formação docente na abordagem lúdica da prática educativa. Outros projetos de mediação comunitária e educativa também ampliaram os impactos das ações museológicas nos territórios com a presença do museu na vida comunitária, a exemplo do “Domingo no Museu” e o programa “Tempo Livre”, bem como os projetos de itinerância do programa “O museu vai à rua”, com as exposições Síntese do Museu e Brasília, cidade que inventei (Depha, 1996: 67).

Nesse contexto, é razoável inferir que essas experiências tenham contribuído em alguma medida para sugerir perspectivas relacionadas a uma ação museológica territorial e participativa. Essas premissas e referências que subsidiaram a musealização das memórias candangas no MVMC foram identificadas e definidas no decurso do trabalho. Foram as reflexões sobre esses processos que fundamentaram as experiências do MVMC no arcabouço de práticas da Nova Museologia, compreendida na sua relação específica com os territórios e suas comunidades e não como um “modelo” de atuação definitivo, alinhando-as aos compromissos políticos e ao contexto de novas metodologias de trabalho participativas e inclusivas em museus.

Luciana Ricardo, integrante das atividades das oficinas e diretora do MVMC entre 2007 e 2012, faz um relato exemplar desse processo de construção coletiva, interdisciplinar e experimental:

Todas essas multiplicidades de coisas foram construindo esse saber e fazer junto da comunidade de professores, de artesãos e alunos e tantos outros que apareceram e acabaram por dar uma cara ao trabalho do Museu. [...] Um dia, quando já desenvolvíamos o Refazendo a Trama, chegou em nossas mãos o Guia básico de Educação Patrimonial. Eu utilizei dois textos em minhas aulas, pois a linguagem era acessível aos professores, mas já tínhamos uma metodologia nossa, podemos dizer, de trabalhar o patrimônio cultural seja com os professores, artesãos, alunos diversos ou com a comunidade em geral. Quanto a inspiração, vivíamos o museu. Ele e todos os conteúdos e as possibilidades transdisciplinares da história de Brasília, do antes de Brasília, das diversas linguagens trabalhadas, o artesanato renovado, e tantas outras coisas eram nossa inspiração. Tínhamos muita liberdade para planejar e executar.¹⁵

abrangem servidores da Secretaria de Cultura, profissionais cedidos em parceria com a Secretaria de Educação – como no caso mais recente do programa Territórios Culturais – ou ainda por meio de editais de fomento à cultura, como o Fundo de Apoio à Cultura-DF. Essa instabilidade impacta diretamente a qualidade da oferta de programas educativos, variando conforme os sucessivos governos distritais.

¹⁵ Depoimento de Luciana Maya Ricardo dado à autora em 24 de março de 2024.

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

A vocação do espaço surgiu de maneira não sistemática em resposta a demandas específicas, incluindo a implementação de um projeto-piloto de preservação dinâmica, as doações de coleções ao Depha-DF e as oficinas como uma demanda da comunidade (Depha, 1996: 20). Os objetivos associados a essas demandas, como a preservação, o desenvolvimento comunitário/territorial e a participação, contribuíram do ponto de vista local para experienciar o dispositivo museu como um processo criativo e mobilizador:

Estas áreas [operacional do Depha-DF, acervo e oficinas], inicialmente desvinculadas, com o desenvolvimento do trabalho demonstraram-se intimamente ligadas e subsidiando-se mutuamente. A partir da avaliação da prática partiu-se para a conceituação do espaço como um todo. [...] mas a prática, a frequência ao espaço e o tipo de demanda que se estabeleceu, apontaram o sentido da conceituação do museu. (DEPHA, 1996: 20).

Ao longo da década de 1990, o MVMC como processo de reflexão permanente “provocado basicamente pela atuação do setor de ação educativa” (Silveira, s/d, p. 55) ficou dividido em: a) acervo e exposição; b) formação e produção; e c) dinamização: Ação educativa e Ação Cultural” (Ricardo, 2017: 143). Por ser um museu público, as mudanças no governo distrital influenciaram as dinâmicas de trabalho do MVMC e contribuíram para a descontinuidade de muitos desses programas e do modo participativo de desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, convém pensar na trajetória do MVMC, em especial no que diz respeito a sua experiência de um museu aberto à participação, em consonância com o trabalho inicial desses agentes profissionais, comunitários e entidades parceiras. Apesar de os moradores continuarem a ocupar o museu e frequentarem as atividades, como o programa educativo e a oferta de cursos nas oficinas, observou-se nas décadas seguintes uma mudança na dinâmica, caracterizada por uma abordagem menos coletiva e comunitária, na qual predomina uma perspectiva institucionalizada nos processos museológicos.

Considerações finais

O processo de patrimonialização do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1985, foi um projeto-piloto do Depha-DF para a preservação dos remanescentes de acampamentos pioneiros como referências culturais da memória operária de Brasília. Em 1990, a musealização do antigo hospital deu origem ao Museu Vivo da Memória Candanga, uma experiência inovadora pelo seu caráter participativo na formação do primeiro museu público do Distrito Federal dedicado à memória dos trabalhadores. Ao aprofundar o debate, foi possível constatar que a potência imaginativa que moveu a experiência do MVMC como ação museológica participativa nos territórios e comunidades da Candangolândia e do Núcleo Bandeirante foi estimulada por reflexões e práticas críticas desenvolvidas na intersecção dos campos da cultura, da educação e da memória.

No campo cultural, contextualizei a emergência de uma consciência preservacionista afinada à ideia de cultura como experiência vivida e destaquei as implicações de uma perspectiva antropológica de cultura que ampliou as interpretações sobre as dinâmicas sociais cotidianas como referências culturais, tendo como estímulos as experiências do CNRC e do Sphan/Pró-memória, ambas iniciativas vinculadas à trajetória do intelectual pernambucano Aloísio Magalhães. Com a educação popular, a politização da cultura, que caracteri-

zou a pedagogia freiriana e seus desdobramentos no campo da Arte-Educação, subsidiou a práxis museológica no MVMC como espaço de educação dialógica pautada nas heranças culturais candangas, bem como de pesquisa e dinamização desses referenciais em colaboração com as comunidades locais. Se no campo da memória e suas novas metodologias de trabalho questionaram-se os silêncios da história oficial, no campo museológico a musealização do “popular” se reinventou o dispositivo museu mediado por processos museológicos participativos referenciados em pressupostos da emergente Nova Museologia, dos quais o MVMC foi expressão local do museu socialmente comprometido.

Ao contrário do senso comum em torno do museu/mausoléu do passado e a própria negação da vida no presente, a musealização do HJKO operou como um processo de vitalização. Essa perspectiva da musealização como uma ação consciente em torno da memória social e do patrimônio cultural candango foi indissociável do legado e das frentes abertas por tendências críticas que impactaram os sentidos políticos, éticos e poéticos de distintos campos de conhecimento, aspectos fundamentais para compreendermos a sinergia que possibilitou conceber a musealização como um processo vital. Mobilizar os processos museológicos tendo em conta a sua explícita intenção pedagógica, na medida em que são instrumentos para a educação da memória (Bruno, 2020: 165), nos possibilita construir entendimentos variados e dinâmicos sobre os patrimônios e desmontar narrativas institucionalizadas. A formação do MVMC foi uma iniciativa seminal de experienciar o museu como processo educativo e, reflexivamente, da ação educativa como vetor de musealização, subsidiando do ponto de vista local práticas que contribuem para o cenário de processos sociomuseais mobilizados com o objetivo de reparar e fortalecer subjetividades marginalizadas.

Referências

- BARBOSA, Daniela Pereira. *O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo sob orientação de Maria Fernanda Derntl. Universidade de Brasília, 2021.
- BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto à metrópole: a mancha urbana de Brasília*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo sob orientação de Sylvia Ficher. Universidade de Brasília, 2009.
- BRITTO, Clovis Carvalho. “*Nossa maçã é que come Eva*”: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das museologias indisciplinadas no Brasil. Tese apresentada ao Departamento de Museologia sob orientação de Mário C. Moutinho. Universidade Lusófona, 2019.
- BRUNO, Maria Cristina. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. *Introdução a sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, v. 2020, p. 153-169, 2020.

A musealização de acampamentos pioneiros como referências culturais candangas: a práxis educativa na formação do Museu Vivo da Memória Candanga

CEVALLOS, Alejandro; MACAROFF, Anahi. *Contradecirse una misma. Museos y mediación educativa crítica: Experiencias y reflexiones desde las educadoras de la documenta 12.* Quito: Fundación Museos de la Ciudad de Quito, 2015.

D'AGOSTINO, Adriana. *Ana Mae no MAC/USP.* Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte sob orientação de Elza Maria Ajzenberg. Universidade de São Paulo, 2022.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL [Depha/DF]. *O Museu Vivo da Memória Candanga: a revitalização do Hospital Juscelino Kubitscheck de Oliveira.* Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. III, 1996.

DUTRA, Maria Vitória de Moraes. *Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado.* Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional sob orientação de Hilário Figueiredo Pereira Filho. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossier final das atividades da Comissão de Trabalho do Patrimônio Imaterial.* Brasília: MinC/Iphan, 4^a edição, p. 83-97, 2006.

GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima. *Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania.* Museu Vivo da Memória Candanga. Tese apresentada ao Departamento de Museologia sob orientação de Judite Primo. Universidade Lusófona, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil. *Movimento-revista de educação*, n. 7, p. 10-32, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/Iphan, 1996.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação.* São Paulo: Annablume, v. 36, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [Iphan]. *GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal / organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo; texto Briane Panitz Bicca et al.* Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2016a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [Iphan]. *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal / organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto, José Mauro de Barros Gabriel.* Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2016b.

JACCOUD, Luciana. Lutas sociais: populismo e democracia: 1960/1964. In PAVIANI, Aldo. (org.) *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2^a edição, p. 167-243, 2010.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. *A erradicação da vila IAPI: Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia sob orientação de Marília Luiza Peluso. Universidade de Brasília, 2007.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In PAVIANI, Aldo. (org.) *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2^a edição, p. 131-163, 2010.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional sob orientação de Claudia Feierabend Baeta Leal. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo. In PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. *Teoria e Prática da Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021.

RICARDO, Luciana de Maya. *A educação em diálogo com a cultura: da experiência de educação do Museu Vivo da Memória Candanga a uma proposta educativa para o Museu da Educação do DF*. Tese apresentada a Faculdade de Educação sob orientação de Emerson D. G. de Oliveira. Universidade de Brasília, 2017.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, p. 134-166, 2007.

SILVA, Jéssica Gomes. *O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital*. Dissertação apresentada a Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo sob orientação de Maria Fernanda Derntl. Universidade de Brasília, 2019.

SIQUEIRA, Juliana. *A educação museal na perspectiva da sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação*. Tese apresentada ao Departamento de Museologia sob orientação de Judite Primo. Universidade Lusófona, 2019.

Recebido em janeiro de 2025.
Aprovado em agosto de 2025.